

D. João II de Castela e o reino de Granada em algumas crónicas castelhanas (1430 e 1431)

JULIETA M.^a AIRES DE ALMEIDA ARAÚJO
Universidade de Lisboa

Propomo-nos, neste pequeno trabalho, analisar brevemente as referências feitas em algumas crónicas castelhanas às medidas tomadas por D. João II de Castela concernentes ao reino de Granada, nos anos de 1430 e 1431. A escolha destes anos foi motivada pela importância dos mesmos na intrincada interdependência dos reinos peninsulares.¹

As obras escolhidas foram a de Pero Carrillo de Huete, *Crónica del Halconero de Juan II*, com edição e estudo de Juan de Mata Carriazo, Madrid, Espasa-Calpe, 1946; a de Don Lope Barrientos, *Refundición de la Crónica del Halconero*, com edição e estudo de Juan de Mata Carriazo, Madrid, Espasa-Calpe, 1946, que tem base na primeira; e a de Fernan Perez de Guzman, *Crónica del Serenísimo Príncipe Don Juan, Segundo rey deste nombre en Castilla y en Leon*, prefaciada por Lorenzo Galindez de Carvajal, in *Cronicas de los Reyes de Castilla; desde don Alfonso el Sabio, hasta los Católicos don Fernando y doña Isabel*, edição madrilena, ano de 1953.

A conquista de Granada esteve ligada, desde muito cedo, à história de Castela, uma vez que o estabelecimento das suas fronteiras mútuas² dependia dos avanços e recuos da guerra da Reconquista, bem como das pazes, sempre precárias, mas estabelecidas entre alguns soberanos. Também a devolução de cristãos cativos assumia carácter prioritário, conforme se depreende dos pactos de tréguas de 1410, 1412, 1417 e de 1439, especialmente destes últimos, em que foram libertados 550 homens, entre os quais se encontrava Diego de Zurita, alcaide de Arcos de la Frontera.³

Torna-se evidente que este estado de coisas interessava também aos monarcas portugueses. Assim, Portugal tentou, por várias vezes, canalizar parte do seu potencial bélico para investidas contra o reino de Granada, não encontrando por parte de Castela qualquer interesse nessa ajuda, mas, pelo contrário, uma constante oposição. Assim, após as tréguas de Aillon de 31 de Outubro de 1411, os três infantes portugueses, D. Duarte, o primogénito e seus dois irmãos D. Pedro e D. Henrique procuram colocar-se ao serviço de D. Fernando “de Antequera”, rei de Aragão e que fora o

1. Convém não esquecer que, conforme escreve M. A. LADERO QUESADA, “(...) *la primera cristandad hispana acabaría siendo sumergida por la expansión del Islam en la península, desde el año 711, que fue parte del crecimiento rápido y gigantesco de una nueva civilización (...) que al Andalus acabó siendo una sociedad y una cultura islámicas está hoy fuera de duda, pero sucede que no hay un padrón único sino muchas variedades regionales en el ámbito del Islam medieval (...)*”. M. A. LADERO QUESADA, *Lecturas sobre la España Histórica*, Madrid, 1998, 19.

2. M. A. LADERO QUESADA, “La Corona de Castilla: Transformacione y Crisis políticas”, in *Europa en los Umbrales de la crisis (1250-1350) ; XXI Semana de Estudios Medievales, Estella 94*, [1994] 287- 288

3. M. A. LADERO QUESADA, *El Islam, realidad e imaginación en la Baja Edad Media castellana*, Madrid, 1990, 217-218.

regente de Castela durante a menoridade do rei D. João II. Esta luta contra os mouros, vista como serviço de Deus⁴ e do Reino, escola de armas e de valores guerreiros, estava, no entanto, condenada a não acontecer com tais intervenientes, pois D. Fernando declinou a oferta, já que estava concentrado na obtenção da coroa Aragonesa⁵. A oportunidade dos nobres portugueses se distinguirem na luta contra os mouros da península passou. Como refere Ladero Quesada “la frontera y las guerras de Granada eran lugar y momento adecuados para las proezas de caballería, tanto en su práctica como en los elementos simbólicos e imaginarios que las rodeaban. Armar caballeros sobre campos de batalla o enfrentamiento era relativamente frecuente, y la misma realza castellana no desdeñó aquel medio de prestigio y propaganda”⁶.

Entre outros aspectos políticos e económicos, a necessidade de realizar feitos de armas influencia os portugueses para a tomada de Ceuta, em 1415, o que originou duas respostas antagónicas a nível internacional : boa vontade por parte do Sumo Pontífice, pois estava empenhado no aumento da cristandade; desconfiança por parte de rei de Aragão, D. Fernando, que encarava a luta contra os mouros granadinos como uma tarefa pessoal a que se encontrava obrigado.

Realmente, desde a morte de Henrique III, seu irmão Fernando dispunha de meios económicos, homens, cavalos e artilharia, que, pela primeira vez, seria usada numa luta contra os mouros granadinos⁷. A campanha de 1410 resultou na queda de Antequera “captura importantísima porque desorganizaba la defensa fronteriza granadina (...)”⁸.

Nos finais de 1429, D. João II de Castela encontra-se com graves problemas internos, os quais não vamos aqui aprofundar, causados essencialmente pelos seus primos, os “infantes de Aragão”. D. Afonso V de Aragão tinha praticado investidas em território castelhano e tomado alguns castelos⁹. Para estabilizar o reino o monarca castelhano vai impor a sua presença em diferentes zonas¹⁰, procurando recuperar os fortes sublevados, como o de Montalchez, o que consegue¹¹. Este castelo era do infante de Aragão, D. Henrique, que, por esta altura, mantinha uma atitude de aberta insubordinação face ao rei, seu primo, chegando ao ponto de se procurar desnaturalizar¹² do reino e do rei de Castela, procurando refúgio em Albuquerque. Foi nesta fortaleza que se encontrou com seu irmão D. Pedro¹³.

4. “Las relaciones entre Europa y el Islam no fueron siempre necesariamente hostiles. Sin embargo, la ideología de cruzada agudizó esa hostilidad hacia el musulmán como infiel, tanto en el plano intelectual como en el popular e cotidiano.” M. A. LADERO QUESADA, *El mundo de los viajeros medievales*, Madrid, 1992, 23.

5. J. VERISSIMO SERRÃO, *História de Portugal*, vol. II, 1978, 19.

6. M. A. LADERO QUESADA, *El Islam, realidad e imaginación en la Baja Edad Media castellana*, Madrid, 1990, 233.

7. M. A. LADERO QUESADA, “El Reino Nazarí de Granada”, *Historia de España, IV, De la crisis medieval ao Renacimiento (siglos XIV-XV)*, 1988, 312.

8. M. A. LADERO QUESADA, “El Reino Nazarí de Granada”, *Historia de España, IV, De la crisis medieval ao Renacimiento (siglos XIV-XV)*, 1988, 312.

9. P. CARRILLO DE HUETE, *Crónica del Halconero de Juan II*, Madrid, 1946, 44.

10. “Los reyes podían aspirar a concentrar poder en sus manos y en su corte, pero no a monopolizarlo, ni siquiera a centralizar su ejercicio en un punto geográfico.” (...)” M. A. LADERO QUESADA, *Lecturas sobre la España histórica*, Madrid, 1998, 19.

11. O castelo também é designado por castelo de Montanges. P. CARRILLO DE HUETE, CHJ, Madrid, 1946, 46-47.

12. P. CARRILLO DE HUETE, CH, Madrid, 1946, 84.

13. P. CARRILLO DE HUETE, CH, Madrid, 1946, 48-50.

Os infantes de Aragão aproveitavam-se da proximidade do território português e da boa vontade do rei de Portugal para manterem uma situação de rebeldia face ao seu suserano. Assim se explica que um dos infantes de Aragão, o infante D. Pedro, em época de hostilidades, tenha utilizado o território português para fazer os itinerários entre os seus castelos de fronteira¹⁴. D. João II de Castela procurou limitar as acções dos primos, retirando-lhes a possibilidade de utilizarem os castelos da rainha viúva de D. Fernando de Aragão, D. Leonor. Para tal, D. João II coloca a tia, D. Leonor, no mosteiro de Santa Clara de Tordesilhas¹⁵. Em simultâneo, empenha-se nos contactos diplomáticos com Portugal, expondo a sua situação e pedindo a D. João I de Portugal que não permitisse que os infantes de Aragão utilizassem o território português para se abastecerem.

O monarca português, vendo esta oportunidade de sarar parte dos conflitos que afectavam a península e ao mesmo tempo ganhar protagonismo, apresentou-se como mediano no conflito. O rei de Castela preparou-se para a guerra contra os primos, reis de Aragão, D. Afonso V e de Navarra, D. João, procurando antes de tudo reforçar as lealdades dos grandes senhores através de um juramente feito pelo seu conselho no “real” de Almajano¹⁶. Seguidamente, em Agosto de 1430, já a caminho de Aragão, deu ordem para se libertar a rainha viúva de Aragão, D. Leonor, como gesto de boa vontade e por interferência da mediação do rei de Portugal. Assim, D. Leonor, mãe dos “infantes de Aragão”, retira-se para o mosteiro de Santa Maria de las Dueñas¹⁷, em Medina del Campo, que ela própria havia fundado.

Estas circunstâncias de frequente conflito entre os reinos peninsulares tinham levado a que, reunidas as cortes de Illescas, em Abril de 1429, fossem assinadas tréguas com Granada pelo período de seis meses a um ano, tendo sido aprovado o financiamento para a guerra de Aragão. Quanto ao reino granadino, refere Quesada que “Las treguas, por períodos de entre uno y tres años, mantuvieron sin guerras a Granada hasta 1430”¹⁸. Mas ainda nesse ano, o rei de Castela recebeu os enviados do rei Muhammad VIII, *el Pequeño*, primogénito de Yusuf III¹⁹ e seu sucessor, que se encontrava cercado em Alhambra, que lhe vinham pedir ajuda. Chegaram também os representantes de Muhammad, o *Izquierdo*, pertencente ao grupo detentor do poder após a revolta dos abencerrajes, solicitando que não fossem enviadas tropas em socorro do seu oponente, o rei *Pequeño*, que mantinha sitiado²⁰.

14. A 3 de Maio de 1430 chegou ao rei de Castela a notícia das diligências de seu primo em território português, pois saíra de Albuquerque e atravessara por Portugal para conseguir abastecer o castelo de Alba de Liste e de novo regressar. P. CARRILLO DE HUETE, CH, Madrid, 1946, 52.

15. P. CARRILLO DE HUETE, CH, Madrid, 1946, 54-56.

16. A 27 de Julho de 1430. O arraial estava na região de Almajano ou Majano. Idem, *ibidem*, p. 66.

17. Segundo HUETE, a 10 de Agosto de 1430. P. CARRILLO DE HUETE, CH, Madrid, 1946 68.

18. M. A. LADERO QUESADA, “El Reino Nazarí de Granada”, *Historia de España. IV, De la crisis medieval ao Renacimiento (siglos XIV-XV)*, 1988, 312.

19. Que falecera em 1417 deixando o filho menor de idade. M. A. LADERO QUESADA, “El Reino de Granada”, *Historia General de España y América*, tomo V, ed. Rialp, Madrid, (s.d.), 466.

20. Em Março de 1419 a linhagem mais poderosa do país, os Abencerrajes deram um golpe de Estado para ficarem como o governo de Granada. Mas em 1427 Muhammad VIII recuperou o trono e “envió a Sa’d al-Amên, un veterano diplomático, como embajador ante Juan II de Castilla, para negociar la continuación de la tregua, que expiraba en 1428. Pero su rival no permanecía inactivo: Yusuf ibn al-Sarray pasó a Castilla y consiguió la simpatía de Juan II para la causa de su señor. Com esto y el apayotunecino Muhammad el Zurdo regresó de África y recuperó el poder en diciembre de 1429” M. A. LADERO QUESADA, “El Reino de Granada”, *Historia General de España y América*, tomo V, ed. Rialp, Madrid, (s.d.), 466.

Salientemos que o rei de Granada era juridicamente vassalo do rei de Castela e assim se explica este pedido de ajuda²¹. As lutas internas do sultanato pela disputa do trono, geradoras de instabilidade, eram agravadas pela enorme dívida das páreas que era preciso pagar a Castela²². O rei castelhano envia o regedor Lope Alonso de Lorca a Muhammad, o *Izquierdo*, explicando o pedido do rei *Pequeño*, cercado pelo primeiro, e a obrigação que tinha de respeitar as tréguas com aquele rei. Acrescentava que, por seu lado, Muhammad devia reconhecer o rei de Castela como seu suserano e prestar-lhes a vassalagem devida, com serviços e pagamento das páreas, como reconhecimento dessa obediência. O rei *Izquierdo* ficou de enviar uma resposta, mas foi protelando a resolução até ter conseguido obter a capitulação de Alhambra e de ter aprisionado o rei *Pequeño*, enviando-o para a fortaleza de Salobreña²³.

Segundo o Halconero²⁴, em finais do ano de 1429 ou nos inícios do seguinte, a atenção do rei castelhano centra-se nos acontecimentos ocorridos em Granada. Por esta época, a política interna do reino de Granada havia adquirido um contorno mais definido. Refere Barrientos a este propósito: “*Cómo el rrey Izquierdo de Granada prendió al rrey Chiquito, y al Rey pesó mucho dello.*”²⁵. A posição castelhana em relação ao reino de Granada variava entre a paz armada e a actividade bélica declarada, em que as tréguas frequentemente eram o ponto de equilíbrio. A vitória do rei *Izquierdo* sobre o rei *Pequeño* pedia a interferência de Castela. Ora, segundo Huete, encontrava-se o rei em Astudillo, a 9 de Abril de 1430²⁶, quando recebeu um enviado do rei *Pequeño*, de Granada, que fugira com mais cinco cavaleiros seus fiéis vassalos em busca de ajuda. Refere a *Refundicion* que um enviado daquele “*(...) llegó al Rey saliendo de misa, y besóle la mano; y díxole que venía a él de parte del rrey Chiquito, que era legímo y verdadero rrey de Granada, a le fazer que el rrey Izquierdo le avía prendido, y le suplicaua le diese ayuda para sallir de la prisión*”²⁷. O mesmo é referido por Pero Carrillo de Huete²⁸, como vimos. Apesar de todos os problemas internos, o monarca castelhano teria que decidir a atitude a tomar naquele momento, pelo que respondeu que interviria no conflito e que enviaria a ajuda requerida. Até porque, segundo Quesada, Muhammad IX “*tuvo que cometer inmediatamente dos séries de acciones que disgustaron a los hasta entonces benévolos castellanos*”²⁹. Essas acções foram o não reconhecimento da amizade devida pela ajuda e a política agressiva de apoio a D. Afonso V de Aragão.

A grave questão interna de Castela obrigou o monarca a tomar medidas mais concretas. No início do ano, ou, mais precisamente, no dia 1 de Janeiro de 1430, encontrava-se João II perante a macissa fortaleza de Albuquerque, esperando que,

21. M. A. LADERO QUESADA, “*La Corona de Castilla: Transformacione y Crisis politicas*”, 288

22. M. A. LADERO QUESADA, “*El Reino Nazarí de Granada*”, *Historia de España, IV, De la crisis medieval ao Renacimiento (siglos XIV-XV)*, 1988, 315.

23. Pedro A PORRAS ARBOLEDAS, *Juan II (1406- 1454)*, Palencia, 1995, 162-163.

24. P.Carrillo.Huete, CHJ, Madrid, 1946, 57.

25. L. BARRIENTOS, *RCH*, Madrid, 1946, 95. Pela data deduzimos que não se tratou do rei, Muhammad XI, *El Chiquito* que governou de 1448 a 1454 mas sim de Muhammad VIII, *el Pequeño* que governou de 1417 a 1419 e de 1427 a 1429. M. A. LADERO QUESADA, *RNG*, 297.

26. P. CARRILLO DE HUETE, CHJ, Madrid, 1946, 57.

27. L. BARRIENTOS, *RCH*, Madrid, 1946, 95.

28. “*De cómo le traxieron cartas al rey don Jhoan que hera preso el rrey Pequeño de Granada.*” HUETE, 57.

29. M. A. LADERO QUESADA, “*El Reino de Granada*”, *Historia General de España y América*, tomo V, ed. Rialp, Madrid, (s.d.), 466

apenas pela sua presença, o imponente castelo se entregasse, o que não aconteceu, apesar de requerido pelo próprio rei. Segundo Guzman perante a situação, Juan II retirou-se para Medina del Campo,³⁰ onde iria reunir conselho. Neste, as opiniões dividiram-se entre um castigo exemplar a aplicar aos Infantes de Aragão e apenas a confiscação dos seus bens. Parece que os pedidos de clemência da rainha e do príncipe terão levado o monarca a aplicar o castigo, considerado diminuto, de confisco dos bens, repartindo-os entre os seus mais chegados e guardando Medina para a Coroa. Mas as circunstâncias da política peninsular estavam prestes a mudar, uma vez que, após vários episódios bélicos, enquanto o monarca castelhano colocara a sua hoste em Almajano para preparar o ataque a Aragão, chegaram os embaixadores dos reis de Aragão e de Navarra a pedir tréguas³¹, sem de tal haverem informado o rei de Portugal, como mediano e interlocutor válido.

Perante esta solicitação, o rei de Castela acordou em estabelecer tréguas por cinco anos, entrando neste consenso o seu filho mais velho, o príncipe das Astúrias, D. Henrique, com quem o monarca andava desavindo, e os reis de Aragão, D. Afonso, e de Navarra, D. João; desta trégua participavam a rainha D. Branca e seu filho D. Carlos, príncipe de Viana. O Conselho do rei reuniu em Almajano e concedeu as pazes por cinco anos, como pediam os reis de Aragão e de Navarra. Por Castela esteve também o conde de Armagnac e por Aragão o conde de Foix³². As tréguas foram apregoadas pelos arautos ao som de trombetas e atabales, estando presentes os embaixadores dos reis e os marechais de Castela, Diego Fernández, senhor de Vaena, e Pero García de Herrera, senhor de Hanpudia. As pazes foram assinadas a 6 de Julho de 1430, e apregoadas no dia 25 do mesmo mês. Foram outorgadas pelo Condestável de Castela, D. Álvaro de Luna e Conde de Santistevam; e por D. Lope de Mendoza, Arcebispo de Santiago, com poderes do rei de Castela e do seu filho D. Henrique³³. Como refere Quesada “*y quando terminó la guerra contra Aragón –en Julio de 1430– mobilizó su frontera granadina*”³⁴

Estava obtida a paz na península e toda a estrutura militar encontrava-se impaciente e pronta para entrar em funcionamento. As circunstâncias internas de Castela tinham-se alterado, os principais elementos perturbadores estavam temporariamente pacificados. A nível externo também era época de bonança. Portugal estava a caminho da paz e as relações com Aragão e Navarra encontravam-se regulamentadas. D. João II tinha oportunidade de fazer a guerra a Granada. Os primeiros recontros foram escaramuças de fronteira.³⁵ Segundo Pero Carrilho de Huete, estando D. João II no burgo de Osma³⁶ a preparar-se para a guerra, quando veio junto dele Ibrahim Abdilbar³⁷, enviado do rei de Granada, para responder à embaixada de Lope Alonso de Lorca.

30. Fernán PÉREZ DE GUZMÁN, *Crónica del serenísimo príncipe don Juan, segundo Rey deste nombre en Castilla y León*, Madrid, ed. Galíndez de Carvajal, 1953, 450-475.

31. L. BARRIENTOS, *RCH*, Madrid, 1946, 100.

32. F. PÉREZ DE GUZMÁN, *CSPJ*, Madrid, 1953, 450-475.

33. “La organización y relaciones familiares de la aristocracia se utilizaban como elemento de consolidación o aumento de poder”. (...) M. A. LADERO QUESADA, *Lecturas sobre la España histórica*, Madrid, 147.

34. M. A. LADERO QUESADA, “El Reino de Granada”, *Historia General de España y América*, tomo V, ed. Rialp, Madrid, (s.d.), 466.

35. M. A. LADERO QUESADA, “El Reino Nazarí de Granada”, *Historia de España, IV, De la crisis medieval ao Renacimiento (siglos XIV-XV)*, 1988, 315.

36. Pode ser em Maio ou Junho. P. CARRILLO DE HUETE, *CHJ*, Madrid, 1946, 68.

37. Abdilbar. F. PÉREZ DE GUZMÁN, *CSPJ*, Madrid, 1953, 484.

O rei *Izquierdo* (el Zurdo) de Granada afirmava já estar na posse do seu reino e pedia pazes com Castela. Oferecia-se para ajudar Castela, em caso de necessidade, no que fosse preciso. E declarava que se o rei castelhano quisesse enviar alguma carta para o rei de Tunes que deixaria passar os mensageiros. Aparentemente, o monarca castelhano ficou agradado com as notícias e agradeceu, ficando de enviar uma resposta mais tarde. O que realmente fez, enviando Luis Gonzalez de Luna, escrivão da Câmara dos Vinte e Quatro de Córdoba, com tais exigências para a manutenção da paz que teriam de ser recusadas, conforme aconteceu. As tréguas, muito exíguas, foram assinadas apenas por um ano. E quanto à ajuda oferecida contra Aragão e Navarra respondeu que não necessitava, que lhe bastava a ajuda de Deus³⁸.

Huete faz um relato mais simples dos acontecimentos “ *mandó el Rey a Habraén Audibnar, moro que estaua a la sazón en el rreal, por enbaxador del rrey de Granada, el qual avía benido a demandar tregoas e offecérsele de ayudar contra los rreyes de Aragón e de Nabarra (...) mandóle que se fuese; e que su voluntad no era de le ad las tales tregoas, mas antes luego les fazer guerra*”.³⁹ Sabendo, pouco tempo depois, pelo seu representante em Granada, Luis Gonzales de Luna, que o rei Mahomad, el *Izquierdo*, não estava disposto a cumprir as exigências pouco razoáveis que ele pedira para fazer a paz, preparou-se para a guerra. Como já era Agosto⁴⁰, época pouco propícia para atacar o reino granadino, optou por nomear fronteiros para as diferentes zonas mais em risco, como Jaen, Ecija, Xerez e Cartagena, ordenando aos mestres das Ordens de Calatrava e de Alcântara que enviassem um certo número de homens para guarnecer as áreas raianas.

Foi o adelantado Diego de Ribera que desenvolveu até ao final de 1430 a guerra contra Granada, enviando em Novembro relatórios dos acontecimentos⁴¹. Regressando ao burgo de Osma, o rei mandou fazer alarde e derramar as tropas com indicação de que teriam de regressar em Março de 1431. Depois partiu para ir ver o filho, D. Henrique, a Segóvia, seguindo para Madrigal, onde estava D. Maria, sua esposa.

Continuando com a política de guerra aos mouros de Granada, enviou como embaixador Lope Alonso de Lorca ao rei de Tunes, queixando-se da ingratidão do rei Mahommad, el *Izquierdo*, perante a ajuda que lhe tinha dado e que estava determinado a fazer-lhe guerra. O rei de Tunes respondeu com o embargo de toda a circulação para Granada e mandou embaixadores a Granada comunicando “*que le convenia pagarle largamente sus parias como los Reyes antepassados dél gelas habian pagado, é que no tuviese esperanza de haber dél ninguna ayuda ni socorro contra el rey de Castilla com quien él tenia grande amor*”⁴². Assim, o rei de Tunes demonstrava não estar disposto a ajudar o de Granada. Mas a situação interna em Castela parecia piorar. Novamente os Infantes de Aragão, Henrique e Pedro, procuravam levantar as cidades contra o rei e Juan de Sotomayor, Mestre de Alcântara, que devia vigiar e defender as fronteiras contra aqueles, passara-se para o seu lado. O rei procurou aproximá-lo de si e tendo conhecimento das queixas de não ter sido contemplado na divisão dos bens

38. F. PÉREZ DE GUZMÁN, CSPJ, Madrid, 1953, 484.

39. P. CARRILLO DE HUETE, CHJ, Madrid, 1946, 70.

40. P. CARRILLO DE HUETE, CHJ, Madrid, 1946, 70.

41. P. CARRILLO DE HUETE, CHJ, Madrid, 1946, 71-73.

42. F. PÉREZ DE GUZMÁN, CSPJ, Madrid, 1953, 488.

de Navarra, fê-lo senhor de Alconchel, sem que tal tivesse mudado a lealdade daquele nobre para com os infantes.

A política externa de D. João II de Castela estava definida e começava a tomar rumos mais concretos face aos reinos vizinhos. Por isso, pensou reuniu Cortes em Salamanca para angariar fundos para a guerra de Granada. Estava D. João II de Castela em Salamanca, no início de 1431, onde mandara juntar os procuradores das cidades e vilas para lhes comunicar que queria fazer guerra aos Mouros. Como eram necessários apoios financeiros, os procuradores tiveram que se reunir com o conselho e com os contadores- mores, para se ver quanto era essencial para que tudo estivesse pronto em Março de 1431. Os procuradores responderam que eles e as suas cidades estavam dispostos a ajudar, já que a guerra aos Mouros lhes parecia justa. Assim, acordou-se na quantia de 45 contos. Durante o ano de 1431, continuou a guerra granadina com o desenrolar de vários ataques. D. Álvaro de Luna, acompanhando o rei, partiu para a fronteira na primavera. A campanha sobrepunha-se a tudo o mais. Por causa disso, a resposta da embaixada que o rei enviara a Inglaterra a propor-se como medianoeiro na disputa com França, demorou a ser recebida. Os enviados eram o bispo de Astorga, D. Sancho de Roxas, Pedro Carrillo de Toledo e frei Juan de Corral e traziam tréguas com Castela por um período de um ano, mas também a notícia de que o rei de Inglaterra não queria celebrar qualquer tratado de paz com a França.

Huete afirma que a guerra contra os Mouros corria de feição. No mês de Março acordara-se com o Conselho que D. Alvaro de Luna partisse para reunir os homens, enquanto Pero Manrique ficava encarregue do reino. Chegavam as notícias das vitórias. Assim, soube-se da conquista de Ximena (Jimena de La Frontera), vila de mouros, feita em 11 de Março pelo fronteiro Pero Garçia de Herrera⁴³, com os cavaleiros de Xerez, o que muito alegrou o rei. Ainda segundo Huete, Juan II partiu de Escalona a 9 de Abril⁴⁴ dirigindo-se para Toledo, onde chegou a 15 de Abril. Continuavam as actividades e os preparativos bélicos.

Em Toledo ficou decidido que o príncipe D. Henrique fosse para Madrid enquanto não terminava a guerra, na companhia de Pero Fernandez de Córdoba, filho do marechal Diego Fernandez, senhor de Vaena e que estava a cuidar da administração dos assuntos do príncipe. Nesta cidade o jovem celebraria uma velada de armas na igreja de Santa Maria, orago de grande devoção, pois acreditava-se que Nossa Senhora obrara um milagre ao arcebispo de Toledo como recompensa pela sua inabalável fé. Por seu lado, o rei, passada aquela noite de vigília em velada de armas, no dia seguinte ouviu missa e foram benzidas a sua espada e a cota com que iria combater os Muçulmanos. Seguidamente ordenou-se a procissão, em que desfraldaram quatro pendões reais, entre os quais, o de Santiago, pedindo assim o auxílio divino para a campanha. Estes pendões foram transportados por religiosos - o deão, o arcebispo de Toledo, o de Calatrava e o abade de Medina. Acabado este acto solene, o condestável, que acompanhara o rei nesta cerimónia, tomou o caminho de Córdoba para reunir gente. O monarca abandonou a cidade poucos dias depois com os que lhe haviam ficado, dirigindo-se a Ciudad Real⁴⁵. O rei e a rainha, que acompanhava o marido, juntaram-se naquela cidade aos

43. P. CARRILLO DE HUETE, CH, Madrid, 1946, 89.

44. P. CARRILLO DE HUETE, CH, Madrid, 1946, 90.

45. L. BARRIENTOS, RCH, Madrid, 1946, 114.

seus capitães e soldados. Aqui tiveram conhecimento de que o rei *Izquierdo* de Granada ordenara que matassem o rei *Pequeño*, que tinha em prisão no castelo de Salobreña, temendo que, se conquistasse Granada, Juan II o mandasse aclamar⁴⁶. Este era considerado o verdadeiro rei de Granada e fora deposto pelo *Izquierdo*, que, segundo Huete, temia que se levantassem contra ele os cavaleiros partidários de *Pequeño*, por isso ordenara a sua morte⁴⁷.

Em Castela, após preparativos bélicos, reunidas as tropas, partiu o condestável para ir buscar a sua gente, estacionada junto do castelo de Alvendin. Entre os principais senhores ia D. Pero Ponce de Leon, Conde de Medellin⁴⁸. Quando o rei chegou a Córdoba, partiu o condestável D. Álvaro, que estivera a aguardá-lo, para Castro del Rio⁴⁹, onde se encontrava outro grupo de homens de armas. Acompanhavam-no D. Pero Ponçe de León, conde de Medellín, o marechal e muitos senhores. E encontrando-se ainda em Córdoba, o rei recebeu uma carta do condestável, noticiando como ele e os cavaleiros que com ele iam tinham entrado em terra de Mouros⁵⁰. A missiva fora escrita a 22 de Maio. Segundo esta informação, os homens apresentavam-se tendo na dianteira, como corredores, o comendador -mor de Calatrava e Martín Fernández de Córdoba⁵¹, alcaide dos donzéis, além do alcaide de Antequera com quinhentos de cavalo. Em seguida, “*la batalla del condestable, com mill z quinientos onbres de armas z quinientos ginetes*”⁵². De um e de outro lado postavam-se esquadrões de cavalaria, e em todos estas formações luziam os nobres e cavaleiros: Fernánd Álvarez de Toledo, senhor de Valecorneja, Ruy Díaz de Mendoza, mordomo- mor do rei, Fernant López de Saldaña, o marechal Diego Fernández e Luys Bocanegra com mil homens a pé e quinhentos de cavalo, entre muitos outros. Juan de León, filho do conde de Medellín, comandava cinco mil peões⁵³. Com esta disposição penetraram na terra de Mouros e assentaram arraial em terras de Yllora, uma vila moura de seiscentos vizinhos, talhando os seus campos de trigo, as vinhas e as hortas, atingindo os arrabaldes, matando e fazendo prisioneiros. Continuaram depois em direcção de Granada, queimando várias povoações e uma residência do rei de Granada, “*la mejor z más rrica quél tenía , fuera del Alfanbra*” (sic), ou seja, fora de Alhambra.⁵⁴ E o rei de Granada, vendo que já nenhum dos seus cavaleiros saía a pelejar, foi acampar perto de uma vila chamada Tájara, que depois foi tomada e queimada. Talhando e incendiando chegaram à vila de Archidona, a duas léguas de Antequera, tomando uma torre de atalaia que muito prejudicava aquela última, já tomada pelos cristãos anteriormente. E foram assentar arraiais perto de Antequera, onde o monarca despediu a gente dos concelhos. De tudo o que se passara o condestável informava o rei, afirmando que, logo que fosse possível, iria ao seu encontro.

46. M. A. LADERO QUESADA, “El Reino de Granada”, *Historia General de España y América*, tomo V, ed. Rialp, Madrid, (s.d.), 467.

47. P. CARRILLO DE HUETE, CH, Madrid, 1946, 91

48. F. Pérez de Guzmán, CSPJ, Madrid, 1953, 495.

49. A 11 de Março de 1431. Pedro A Porras Arboledas, 178. A 11 de Maio, P. CARRILLO DE HUETE, CH, Madrid, 1946, 93.

50. P. CARRILLO DE HUETE, CH, Madrid, 1946, 94-99.

51. Afonso de Córdoba. P. CARRILLO DE HUETE, CH, Madrid, 1946, 95.

52. L. BARRIENTOS, RCH, Madrid, 1946, 116.

53. L. BARRIENTOS, RCH, Madrid, 1946, 116.

54. L. BARRIENTOS, RCH, Madrid, 1946, 117.

Álvao de Luna entrou no reino de Granada fazendo grandes estragos, mas, perante adversários que não apareciam a dar batalha, era difícil obter grandes vitórias. Estando na Vega granadina, e assentado arraial perto da cidade, o condestável mandou desafiar o rei *Izquierdo* para a batalha, sem que este se dispusesse a dar combate. Depois da espera de um dia no campo de Tájara, talhando os campos e saqueando o que havia, perante as queixas por falta de alimentos, as tropas acabaram por regressar a Antequera, em Maio, sempre perseguidas pela fome. Em Archidona procedeu da mesma forma, causando os maiores danos possíveis aos Muçulmanos. Chegando a Antequera, o condestável deu ordens para fazer talegas⁵⁵ por dez dias, o que levantou muitas queixas, pois não havia nada nos campos ou nas povoações com que os homens as pudessem fazer. A hoste acabou por ter que regressar a Écija, com o condestável bastante enfermo, e onde um emissário do rei foi buscar D. Álvaro de Luna para conferenciar com o monarca e decidirem o rumo a tomar na continuação das hostilidades. As opiniões dos conselheiros eram contraditórias, uns achavam que o rei devia entrar a talar e queimar o máximo de lugares e terras, outros que devia sitiar uma grande cidade, e um terceiro grupo propunha que fosse direito à cidade de Granada para a tomar. Para a discussão contribuiu o aparecimento de um moçarabe chamado Gilayre, que tendo sido raptado em criança, acabara por se tornar Muçulmano. Afiançou ele que se o rei tomasse a cidade de Granada conquistaria o reino, e que em Granada se encontrava um infante, D. Yuzaf Abenalmao, neto do rei de Granada, Bermejo, que o ajudaria⁵⁶. No domingo, 3 de Junho de 1431, depois de ouvir missa na igreja de Santa Maria de Córdoba, D. João II mandou publicar uma bula de cruzada do Papa Martinho V⁵⁷, dada para esta guerra dos Mouros. Como refere Quesada “ *en definitiva, la existencia en España de una guerra y una frontera com el mundo islámico, creaba una expectativa de cruzada satisfactoria para toda la caballeria europea, una posibilidad de imbricación entre realidades, más bien prosaicas, y ensoñaciones que se alimentaban porque eran a sua vez sustento del prestigio de la clase noble* ”⁵⁸. Retomados os acontecimentos, depois do serviço religioso, celebrado pelo bispo de Ávila, D. Diego de Fuensalida, foi benzida uma bandeira branca e uma cruz colorada (vermelha). Finda a missa com sermão, o rei tomou uma pequena cruz e colocou-a no peito, o mesmo fazendo os seus cavaleiros, e depois a gente comum. “ *En la bulda de la cruzada se contenía que qualquiera que venía a esta guerra de los moros, a su costa, z muriese durante la guerra, que sea asuelto a culpa z a pena. E si por aventura non pudiere o non quisiere venir, z diere doze florines, que aya esta mesma yndulgençia* ”⁵⁹.

A 13 de Junho de 1431⁶⁰, D. João II de Castela partiu de Córdoba para entrar em terras muçulmanas onde penetrou a 28 de Junho. Antes de partir, mandou a rainha

55. Significaria um saco pequeno onde iam os mantimentos, neste caso seria as provisões para o exército. L. M. RUBIO MORENO, *Leyes de Alfonso X; III Contribución al Estudio de las Definiciones Léxicas de “Las Partidas” de Alfonso X el Sabio*, Ávila, 1991, 706.

56. Pedro A PORRAS ARBOLEDAS, *Juan II*, 1995, 178-179.

57. P. CARRILLO DE HUETE, CH, Madrid, 1946, 100.

58. M. A. LADERO QUESADA, *El Islam, realidad e imaginación en la Baja Edad Media castellana*, Madrid, 1990, 234.

59. L. BARRIENTOS, *RCH*, Madrid, 1946, 119.

60. A 12, segundo P. CARRILLO DE HUETE, CH, Madrid, 1946. A 8 de Junho, conforme Pedro A PORRAS ARBOLEDAS, *J II*, 180.

para Carmona com D. Diego de Fuente Salida, Bispo de Ávila, e com os oficiais da sua casa, e que esperasse aí o seu regresso da guerra. O Conselho de Justiça ficou em Córdoba, tendo o rei nomeado como presidente D. Sancho de Roxas, Bispo de Astorga. Relata Huete que, reunidas as forças militares⁶¹ durante o mês de Junho, e depois de ter ordenado a D. Pero Ponce de Leon para ficar em Alcalá la Real a proteger o acesso ao arraial, entrou no território inimigo pela fronteira de Alcalá la Real, a 28 de Junho⁶² e foi estabelecer arraial perto de Granada, sobre o Genil. Os Mouros granadinos entravam em escaramuças, mas ocultavam-se entre as quintas e não vinham a campo aberto. Aí passou para o seu arraial⁶³ um infante mouro, Yusuf IV ibn al-Mawl (Benalmao), neto de Muhammad VI (1360- 1362)⁶⁴ filho do rei Mohammad, que, por direito, depois da morte do rei *Pequeño*, era visto como o verdadeiro rei de Granada. E, conforme Lope Barrientos, o monarca recebeu-o bem⁶⁵. Na segunda metade de Junho as tropas cristãs assolaram novamente a Veja. Começaram as escaramuças, para logo a seguir os dois exércitos encontrarem-se no campo de Andara Ximel⁶⁶, obtendo os cristãos grande vitória, a 1 de Julho de 1431. Foi a batalha de Higuera⁶⁷. O rei permaneceu no campo de batalha até sol ao posto e vendo que os mouros estavam encerrados na cidade, mandou Pero Carrillo que fosse ao arraial e dissesse aos capelães que saíssem a recebê-lo em procissão de graças até à porta por onde ele havia abandonado a cidade para ir ao campo de batalha⁶⁸. “La victoria junto a los muros de Granada y el prestigio que el otorgamiento de cruzada daba a aquella guerra, bastaron por el momento a Juan II y don Álvaro”⁶⁹. Retiraram as tropas e apoiaram o futuro Yusuf IV, que entrou em Granada no começo de 1432⁷⁰.

Narra Barrientos que o rei disse ao infante Benalmao que daí em diante se poderia intitular rei de Granada e que ele esperava em Deus e no seu patrono Santiago entregar-lhe o reino, e que o tivesse a seu mandado, ficando ele e os mouros seus súbditos como vassallos do rei de Castela⁷¹. Refere Huete que, a 10 de Julho de 1431⁷², estando o acampamento real perto de Granada, começaram a surgir divergências entre

61. 10.000 a cavalo e 50.000 peões. HUETE, 101.

62. P. CARRILLO DE HUETE, CH, Madrid, 1946, 102.

63. Pela leitura parece tratar-se de 29 de Junho, mas as referências seguintes são de 28 de Junho. P. CARRILLO DE HUETE, CH, Madrid, 1946, 104.

64. M. A. LADERO QUESADA, “El Reino Nazarí de Granada”, *Historia de España, IV, De la crisis medieval ao Renacimiento (siglos XIV-XV)*, 1988, 297.

65. L. BARRIENTOS, RCH, Madrid, 1946, 121. HUETE 104.

66. L. BARRIENTOS, RCH, Madrid, 1946, 122. HUETE, 105

67. “Antes de la venida a Andalucía de Don Alvaro y Juan II comenzarm las hostilidades fronterizas, desde el otoño de 1430. La gran campaña ocurrió em 1431 cuando los castellanos invadieron la veja en dos ocasiones, mayo u Julio. En la segunda entrada tuvo lugar la batalla de la Higuera, una de las pocas lides campales que se dieron en la historia de las guerras entre Castilla y Granada. M. A. LADERO QUESADA, “El Reino de Granada”, *Historia General de España y América*, tomo V, ed. Rialp, Madrid, (s.d.), 467

68. L. BARRIENTOS, RCH, Madrid, 1946, 122. HUETE, 105

69. M. A. LADERO QUESADA, “El Reino Nazarí de Granada”, *Historia de España, IV, De la crisis medieval ao Renacimiento (siglos XIV-XV)*, 1988, 315.

70. M. A. LADERO QUESADA. “El Reino Nazarí de Granada”, *Historia de España, IV, De la crisis medieval ao Renacimiento (siglos XIV-XV)*, 1988, 315. M. A. LADERO QUESADA, “El Reino de Granada”, *Historia General de España y América*, tomo V, ed. Rialp, Madrid, (s.d.), 467.

71. L. BARRIENTOS, RCH, Madrid, 1946, 122.

72. P. CARRILLO DE HUETE, CH, Madrid, 1946, 107.

os cavaleiros, criticando o condestável e considerando perigoso o lugar, pelo que o rei foi assentá-lo a uma légua de Vaena, num sítio chamado Yscar, onde mandou fazer alarde e derramar a gente⁷³. E neste período, em Majara Chuchid passaram para o rei vários cavaleiros mouros, trazendo consigo cerca de quinhentos cavalos. Conta igualmente que, entre eles, encontrava-se o infante Abenalmao⁷⁴ a quem Juan II fez rei de Granada, e um seu irmão, Gelfayre⁷⁵, o alcaide de Baça e outros cavaleiros. Dirigiu-se o rei a Córdoba, onde foi recebido com solene procissão, “*por la buena ventura que Dios le auia dado, así por el muy grand daño que avia fecho en la tierra de los moros, como por el vençimiento de la vatalla que com ellos auia auido*”.⁷⁶ Assim, tendo infringido uma derrota ao seu oponente granadino e deixando os assuntos bem encaminhados, D. João II regressa a Castela onde tinha várias resoluções pendentes.

Ainda no final desse ano várias cidades e vilas granadinas se entregaram ao rei, anunciando uma vitória completa. Estava o rei em Zamora quando recebeu uma carta de Ibn al- Mawl (Benalmao) “su vasallo, rrey de Granada”, dando-lhe conta que Granada saíra a recebê-lo, beijando-lhe as mãos e entregando-lhe “el Alhanbra”. E que o rei *Yzquierdo* fugira para Almeria, e daí para Málaga, tendo primeiramente roubado o que pudera em Alhambra. E com esta carta todos tiveram muito prazer⁷⁷. O novo soberano granadino renovou a sua vassalagem ao rei de Castela e aumentou as páreas para 20.000 dobras por ano, prometendo restituir os cativos cristãos.⁷⁸

De Toledo dirigiu-se o monarca no dia 4 de Setembro para Medina del Campo, ficando em Escalona para as festas de Santa Maria. Acabadas as festividades continuou o seu caminho para as Cortes de Medina del Campo, onde encaminhou os assuntos de seu serviço, principalmente no que respeitava à pacificação dos reinos⁷⁹. Tratava-se, mais uma vez, de tomar medidas contra os seus primos, que continuavam a conspirar contra ele, e em simultâneo, resolveu as pazes definitivas com Portugal, o que ocorreu a 31 de Outubro, em Medina del Campo, e a 11 de Janeiro, em Almeirim.

Assim, como podemos verificar, D. João II de Castela praticou uma hábil gerência da situação política externa e interna do reino de Castela, de forma a poder fazer frente a várias situações de extrema dificuldade. Procurava não ter muitas frentes de combate abertas ao mesmo tempo, pelo que assinava tréguas com uns quando se queria

73. A 17 de Julho fez alarde. L. BARRIENTOS, *RCH*, Madrid, 1946, 123. P. CARRILLO DE HUETE, CH, Madrid, 1946, 108.

74. Avenaman e seu irmão Gil Haire. P. CARRILLO DE HUETE, CH, Madrid, 1946, 109

75. Huete refere que ambos eram elches. P. CARRILLO DE HUETE, CH, Madrid, 1946, 109. Segundo LADERO QUESADA “cautivo que renegava de su fe y, al islamizar se convertia en tornadizo o elche”. M. A. LADERO QUESADA, *El Islam, realidad e imaginación en la Baja Edad Media castellana*, Madrid, 1990, 221.

76. L. BARRIENTOS, *RCH*, Madrid, 1946, 123.

77. L. BARRIENTOS, *RCH*, Madrid, 1946, 128. P. CARRILLO DE HUETE, CH, Madrid, 1946, 118- 120.

78. Tudo isto desagradou aos senhores que utilizavam esses escravos em trocas por outros prisioneiros em poder dos cristãos, e acabou por provocar a queda do soberano recente. “La reacción de los partidarios de la plena independencia granadina y, por tanto, de Muhammad IX no se hizo esperar —como en 1429— y el Zurdo recuperou el poder e hizo ejecutar su rival en abril” M. A. LADERO QUESADA, “El Reino de Granada”, *Historia General de España y América*, tomo V, ed. Rialp, Madrid, (s.d.), 467.

79. L. BARRIENTOS, *RCH*, Madrid, 1946, 125. M. A. LADERO QUESADA, “El Reino Nazarí de Granada”, *Historia de España, IV. De la crisis medieval ao Renacimiento (siglos XIV-XV)*, 1988, 315.

Pode ser em Maio ou Junho. P. CARRILLO DE HUETE, CH, Madrid, 1946, 68.

Abdílbar. F. PÉREZ DE GUZMÁN, CSPJ, Madrid, 1953, 484.

concentrar nas investidas a outros. As suas escolhas acertadas e a sua capacidade de tomar decisões difíceis, mesmo quando significavam a guerra, quer contra outro reino, quer contra a grande nobreza, permitiu o reforço do poder real e o aumento do prestígio de Castela entre dos reinos peninsulares. Desta forma, durante os anos de 1430-1431, assegurou que as frequentes mudanças de soberano em Granada não alterassem o seu preito e subjugação reino de Castela.